

-----**ATA N.º 27/2013**-----

-----Aos 16 dias do mês de outubro de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----A reunião foi secretariada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião, dando de seguida conhecimento de que o Senhor Vereador Victor Martins Santos, eleito pela coligação PSD/CDS, não tinha estado presente no ato de instalação dos órgãos autárquicos, invocando motivos profissionais, tendo atempadamente justificado a sua ausência.-----

-----**TOMADA DE POSSE**-----

-----Em cumprimento do estipulado no n.º 3, do art.º 60.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, o Senhor Presidente da Câmara conferiu posse ao Senhor Vereador Victor Martins Santos, depois de cumpridos, todos os formalismos legais.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Câmara procedeu à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes e dar as boas vindas aos Senhores Vereadores, tendo-se dirigido de forma especial ao Senhor Vereador Manuel Portugal e à Senhora Vereadora Maria do Céu Louro, que estão neste executivo pela primeira vez, desejando que venham a desenvolver, um trabalho que contribua para a defesa dos interesses dos Celoricensenses e prestigie o Concelho. Dirigindo-se aos Senhores Vereadores José Luís Cabral e Victor Santos, espera que continuem a desenvolver um trabalho em prol do Concelho, como tem vindo acontecer. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** mais uma vez e à semelhança de anos anteriores solicitou um espaço para os Vereadores da Oposição. -----

-----De seguida, solicitou uma cópia do Protocolo celebrado com a Galp, relativamente às Piscinas Municipais. Pretendeu também saber quando as mesmas vão reabrir e quais as diligências que já foram efetuadas nesse sentido, uma vez que, enquanto utente, viu a sua mensalidade ser interrompida. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** relativamente à questão da mensalidade, informou que o Senhor Vereador será ressarcido da interrupção da mensalidade, bem como, todos os utentes. No que concerne ao Protocolo com a Galp, deu conhecimento de que o mesmo ainda não foi assinado, informando que irão reunir ainda hoje, com a empresa, para definir estratégias. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente à solicitação do Senhor Vereador Victor Santos disse que irá analisar a mesma e ver qual a possibilidade de fazer face ao pedido. -----

-----Sobre as Piscinas Municipais, disse que em 2005, aquando do primeiro mandato de executivo, foram efetuados trabalhos de requalificação. Referiu que os trabalhos efetuados foram ao nível de acabamentos, revestimento, entre outros, e não a nível estrutural. Disse que ao nível estrutural as piscinas municipais apresentam algumas cedências, sendo de opinião que os técnicos de fiscalização deveriam elucidar o executivo dos trabalhos realizados, por forma a dar um parecer conclusivo dos mesmos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que há algum tempo atrás, havia sido decidido pedir um estudo geotécnico.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o mesmo nunca foi solicitado. Acrescentou ainda, que a obra está edificada e não podem ser efetuadas reparações definitivas no que diz respeito à parte estrutural.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com 1 abstenção, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE;**-----

-----**FIXAÇÃO DE VEREADOR NOS TERMOS DO N.º 2, DO ART.º 58.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/9, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

-----**APROVAÇÃO DE DOIS SINAIS DE PERIGO DE TRAVESSIA DE ANIMAIS (A19a) – FREGUESIA DE VIDE-ENTRE-VINHAS;**-----

-----**AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**ASSUNTO: PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS**-----

-----Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma proposta, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, para que as reuniões ordinárias da câmara municipal tivessem lugar na primeira quarta-feira de cada quinzena, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sendo que, a primeira reunião de cada mês será aberta ao público. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** opôs-se à proposta apresentada, uma vez que durante o mandato anterior, o tempo de análise da documentação não foi adequado. Nesta sequência, apresentou uma proposta, no sentido de que as reuniões de executivo se realizem às quintas-feiras, para que os Vereadores da Oposição tenham mais tempo para análise dos documentos enviados, bem como, para os receberem em tempo útil. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** considera a proposta apresentada adequada, acrescentando que a Secção de Apoio aos Órgãos Municipais envia a documentação na sexta-feira, sendo que, seguindo os trâmites normais, os mesmos são entregues pelos CTT na segunda-feira, tendo dois dias para a análise dos mesmos. No entanto, se os Senhores Vereadores assim o entenderem, poderão deslocar-se à Secção de Apoio aos Órgãos do Município, na sexta-feira e através de protocolo levantar a respetiva correspondência. -----

-----Relativamente à periodicidade das reuniões do executivo, o Senhor **Vereador Manuel Portugal** considera que a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Victor Santos é válida, permitindo desta forma, que os Vereadores recebam a documentação atempadamente. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que uma das obrigatoriedades da Lei é que na primeira reunião, seja apresentada uma proposta de periodicidade das reuniões de executivo, e como tal, concorda com a proposta apresentada. Conforme o estipulado na Lei, as convocatórias e respetiva ordem de trabalhos são enviadas na sexta-feira, ou seja, dois dias sobre a data da reunião, sendo que, na segunda-feira os Senhores Vereadores deveriam ter na sua posse a correspondência. Acrescentou ainda, que na sexta-feira os Senhores Vereadores poderão deslocar-se à Secção de Apoio aos Órgãos Municipais e através de protocolo levantar a convocatória e respetiva ordem de trabalhos. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** sugeriu que na sexta-feira, fosse enviado um *email* aos Senhores Vereadores dando conhecimento do dia da reunião, enviando em simultâneo a ordem de trabalhos. Disse ainda, que pretendia levantar a sua correspondência para as reuniões de executivo através de protocolo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** optou por receber a correspondência através dos CTT.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 1 abstenção e 3 votos a favor, aprovar a referida proposta.**-----

-----**2. DESPACHO N.º 19/2013** -----

-----**ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE** -----

-----Foi presente despacho identificado em epígrafe, dando conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 3, do art.º 57.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, designa o Dr. José Luís Saúde Cabral, Vereador em regime de permanência, como Vice-Presidente deste Município, substituindo-o nas suas faltas e impedimentos.-----

-----**3. ANMP**-----

-----**ASSUNTO: ENCERRAMENTO DE SERVIÇOS**-----

-----Foi presente ofício da ANMP, datado de 8/10/2013, com registo de entrada n.º 9029, dando conhecimento das missivas remetidas a Sua Excelência a Senhora Ministra de Estado e das Finanças e a Sua Excelência o Senhor Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, relativas ao assunto em epígrafe. -----

-----**4. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: EMPREITADA "REPARAÇÕES DECORRENTES DE VANDALIZAÇÃO DA OBRA - BIBLIOTECA MUNICIPAL" - APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE E DO PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 27/9/2013, com registo interno n.º 3133, propondo que seja aprovado pelo dono da obra, o Plano de Segurança e Saúde, bem como, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, da referida empreitada. -----

-----Sobre o assunto e em conformidade com as informações técnicas, foi proferido despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara com o seguinte teor: "Aprove-se o Plano de Segurança e Saúde e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição."-----

-----A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara com o seguinte teor “Aprove-se o Plano de Segurança e Saúde e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.”-----

-----4.1 **ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE APOIO ANIMAL - CESSÃO DO ALVARÁ DO EMPREITEIRO DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO**-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 1071, do processo n.º 15/2012, de 7/6/2013, informando que a entidade executante requereu, em 7/6/2013 através do requerimento n.º 1071, a cessão da sua atividade, tendo-lhe sido deferida. Comunicou-se ao requerente, através de ofício que deveria colocar novo empreiteiro na obra no prazo de 15 dias, sob pena de estar a violar a alínea o), do art.º 98.º, do RJUE. Mais informam, que o alvará de obras de construção n.º 3/2013, de 7/2/2013, tinha validade até 8/8/2013.-----

-----Aquando da comunicação ao requerente que deveria proceder ao averbamento de novo empreiteiro para executar a obra, a referida licença de construção ainda se encontrava válida. No entanto, a obra encontra-se parada e não se encontra concluída, sendo que, até à presente data não procedeu o requerente ao averbamento de novo empreiteiro.-----

-----Face a esta situação e tendo sido o requerente já notificado para apresentar os documentos e não o tendo feito em tempo útil, o pedido encontra-se em condições de se declarar a caducidade-----

-----A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por maioria, com 1 abstenção, declarar a caducidade do processo n.º 15/2012 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.-----

-----5. **GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----ASSUNTO: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE COLOCAÇÃO DE CONTADOR - NOVO PEDIDO-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 11/10/2013, com o registo interno n.º 3307, dando conhecimento de que o munícipe identificado na mencionada informação, solicitou a bonificação prevista no Capítulo VII, Bonificações, art.º 46.º, Isenções, alínea c), “Tarifa de 1.ª colocação do contador.” -----

-----Depois de analisado o pedido e de acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e o Regulamento para Situações de Carência, art.º 3.º, o GAS propõe que o munícipe usufrua da bonificação solicitada. -----

-----**A Câmara, com base na informação técnica, deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de colocação de contador, o requerente Vítor Manuel Caetano Inocêncio.**-----

-----6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE-----

-----O Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do disposto no art.º 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, apresentou uma proposta, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, para que sejam delegadas nele, com a faculdade de subdelegação nos respetivos Vereadores e/ou dirigentes dos serviços municipais, as competências constantes do n.º 1, do art.º 33.º, com exceção das previstas nas alíneas a), b), c), e), i), j), k), m), n), o), p), s), u), z), aa), hh), oo), vv), aaa) e ccc) e da alínea a), do art.º 39.º.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.**-----

-----**7. FIXAÇÃO DE VEREADOR NOS TERMOS DO N.º 2, DO ART.º 58.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/9, NA SUA ATUAL REDAÇÃO**-----

-----Ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, no sentido de que a Câmara Municipal aprove a inclusão de um Vereador em regime de Permanência, com exclusividade, designando a Senhora Dr.ª Maria do Céu Neves Martins Louro, para o exercício dessas funções. -----

-----Ausentou-se da sala a Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro**, não participando na votação. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 1 abstenção e 2 votos a favor, aprovar a referida proposta.**-----

-----Retomou os trabalhos a Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro**.-----

-----**8. APROVAÇÃO DE DOIS SINAIS DE PERIGO DE TRAVESSIA DE ANIMAIS (A19 a) - FREGUESIA DE VIDE-ENTRE-VINHAS**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 322/2013, datada de 10/10/2013, com registo interno n.º 3298, referindo que tendo esta autarquia recebido um requerimento da Freguesia de Vide-Entre-Vinhas, a solicitar a colocação de dois sinais de travessia de animais, na Rua dos Arais, em Vide-Entre-Vinhas, informa que após deslocação ao local verificou-se a necessidade de colocar dois sinais A19a. -----

-----Segundo o art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23/2, é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias públicas sob a sua jurisdição.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com 1 abstenção, aprovar a aquisição e colocação de dois sinais de perigo de travessia de animais (A19a), na Rua dos Arais, freguesia de Vide-Entre-Vinhas, devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados.-----

-----**9. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - AUXÍLIOS ECONÓMICOS**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Ação Social, datada de 15/10/2013, com registo interno n.º 3323, dando conhecimento de que foi requerido ao Município, por diversos munícipes apoio para as medidas de ação social escolar, no que diz respeito à comparticipação de livros, para o ano letivo de 2013/2014. -----

-----De acordo com a legislação mencionada na informação, o escalão de apoio em que o agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Assim, os encarregados de educação fizeram prova do seu posicionamento nos escalões de atribuição de abono de família. -----

-----Face ao exposto, propõem o deferimento dos processos indicados na tabela, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, nos respetivos escalões indicados, devendo os mesmos ser enquadrados nos valores mínimos de comparticipação para os alunos fixados pelo Ministério da Educação.-----

-----Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 abstenção, deferir os pedidos de comparticipação de livros escolares, para o ano de 2013/2014, dos alunos constantes da listagem anexa à presente informação. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a secretariei.-----

